

## Detalhe de Oferta de Emprego

**Código da Oferta:** OE201106/0348

**Tipo Oferta:** Procedimento Concursal para Cargos de Direcção Intermédia

**Estado:** Activa 

**Nível Orgânico:** Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

**Orgão/Serviço:** Instituto de Informática IP

**Regime:** Cargos não inseridos em carreiras

**Cargo:** Direcção Intermédia de 1º grau

**Área de Actuação:** Director do Departamento de Planeamento, Auditoria e Qualidade, atribuições referidas no artigo 5º dos Estatutos do II, IP, publicados em Anexo à Portaria n.º 635/2007, de 30 de Maio, em conjugação com as Competências genéricas do artigo 8º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro.

**Remuneração:** 3360,65 EUR

**Suplemento Mensal:** 0,00 EUR

**Conteúdo Funcional:** Exercício de funções de direcção, coordenação e controlo.

**Habilitação Literária:** Licenciatura

**Descrição da Habilitação:** Preferencialmente em Economia ou Gestão de Empresas.

**Perfil:** Capacidade de planeamento e organização; Responsabilidade e compromisso pelo serviço; Possuir licenciatura adequada; Capacidade de liderança, gestão, inovação e motivação de equipas; Espírito de iniciativa orientado para resultados; Motivação para o exercício do cargo a prover; Capacidade de relacionamento com entidades externas, capacidade de análise e sentido crítico.  
Experiência relevante no exercício de funções de cargos de direcção superior em organismos de TICs da Administração Pública, áreas da gestão estratégica, planeamento, auditoria e controlo interno, gestão de riscos, segurança de informação e sistemas de informação, designadamente do Sistema de Informação da Segurança Social (SISS). Participação em projectos de Certificação da Qualidade (Normas ISO 9001, ISO: 27 001 e ISO: 20 000) e da Excelência (Modelo EFQM). Experiência de gestão por processos (Planeamento Estratégico e Controlo Operacional, Gestão de Projectos e Riscos e Segurança da Informação). Gestão e coordenação de equipas.

**Métodos de Selecção a Utilizar:** Os métodos de selecção a utilizar são a avaliação curricular e a entrevista pública.

**Composição do Júri:** Presidente – Manuel da Cruz Pires, Presidente do Conselho Directivo do Instituto de Informática, I.P. (II, I.P.)  
1.º Vogal – Joaquim Cardoso dos Santos, Director do Hospital Prisional de S. João de Deus da Direcção Geral dos Serviços Prisionais  
2.º Vogal – José Carlos Martins Delgado – Professor do Departamento de Informática do Instituto Superior Técnico

### Locais de Trabalho

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Instituto de Informática IP	1	Avenida Prof. Dr. Cavaco Silva, 17 Edf. Ciência I - TagusPark	Porto Salvo	2744002 Porto Salvo	Lisboa	Oeiras

**Total Postos de Trabalho:** 1

**Requisitos Legais de Provimento:** A - Os constantes do n.º 1 do artigo 20º da Lei n.º 2/2004 de 15 de Janeiro na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

**Requisitos Nacionalidade:** Sim

**Jornal Oficial/Orgão de Comunicação Social:** 2.ª Série do Diário da República n.º 113 de 14/06/2011 (Aviso nº 12609/2011) e Jornal Diário de Notí

### Apresentação de Candidaturas

**Local:** Av. Professor Cavaco Silva, nº 17, Edifício Ciência I, 2744-002 Porto Salvo

**Formalização da Candidatura:** As candidaturas deverão ser apresentadas até ao termo do prazo fixado e formalizadas em requerimento datado e assinado, redigido em papel normalizado, dirigido ao Presidente do Conselho Directivo do Instituto de Informática, I.P. e acompanhadas dos documentos referidos, podendo ser entregues pessoalmente na Área de Recursos Humanos, das 10:00 h às 12:30 h e das 14:30 h às 17:00 h, ou remetido pelo correio, em carta registada, com aviso de recepção, para Av. Professor Cavaco Silva, nº 17, Edifício Ciência I, 2744-002 Porto Salvo, expedida até ao termo do prazo referido.

Do requerimento deverão constar os seguintes elementos:

- Identificação completa do candidato – nome, filiação, nacionalidade, naturalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, número de contribuinte fiscal, telefone de contacto nas horas de expediente, residência, código postal e endereço para o qual deverá ser remetida qualquer correspondência relativa ao procedimento de selecção, caso difira daquela;

- Habilitações literárias;

- Identificação do procedimento a que se candidata;

- Carreira e categoria detida, organismo a cujo mapa de pessoal pertence, com indicação da unidade orgânica de afectação e, ainda, organismo onde exerce funções, também com indicação da respectiva unidade orgânica, caso os organismos de origem e de exercício de funções não coincidam, e natureza do vínculo à Administração Pública.

O requerimento deverá ser acompanhado dos seguintes documentos:

- Currículo profissional detalhado e actualizado, do qual devem constar, designadamente, as funções que exerce e as que exerceu anteriormente, com indicação dos correspondentes períodos e das actividades relevantes, e, bem assim, a formação profissional detida (acções de formação, estágios, especializações, seminários, conferências, etc);

- Fotocópias dos certificados comprovativos de formação profissional frequentada indicada para o cargo, com indicação da entidade que a promoveu, período em que a mesma decorreu e respectiva duração;

- Fotocópias de outros documentos instrutórios do curriculum vitae, considerados adequados pelos candidatos;

- Declaração passada e autenticada pelo serviço de origem, da qual conste a relação jurídica de emprego público, a categoria detida e o tempo de serviço na carreira e em funções públicas;

- Fotocópia do documento comprovativo das habilitações literárias.

**Contacto:** 21 423 0061 – Ângela Carreira ou II-Pessoas@seg-social.pt

**Data de Publicação:** 2011-06-17

**Data Limite:** 2011-07-04

**Observações Gerais:** Após a realização do método de selecção avaliação curricular, os candidatos serão notificados pelo júri para a realização da entrevista pública de selecção. Os candidatos submetidos à entrevista pública de selecção serão notificados do despacho de nomeação no final do procedimento concursal, não havendo lugar a audiência dos interessados, conforme previsto no n.º 11 do artigo 21.º da lei n.º 2/2004 de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi conferida pelas Leis n.º 51/2005 de 30 de Agosto e 64-A/2008 de 31 de Dezembro.

---

[Voltar](#)

[Alterar](#)

[Imprimir](#)